

De quais feminismos estamos falando? Imprensa alternativa brasileira e as lutas por direitos

[What kind of feminisms are we talking about? Brazilian alternative press and the rights struggle]

R E V I S T A
com **política**

revista compolítica

2019, vol. 9(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2019.9.2.296

 Open Access Journal

Resenha do livro Viviane Gonçalves Freitas Feminismo na imprensa alternativa brasileira: Quatro décadas de lutas por direitos

Maiara Garcia Orlandini

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Bruna Silveira

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Thaís Borges Costa

Universidade Federal de Minas Gerais
[Federal University of Minas Gerais]

Resumo

Buscando entender como as mulheres construíram seus repertórios para consolidar seu papel político, Viviane Gonçalves Freitas, no livro Feminismo na imprensa alternativa brasileira: Quatro décadas de lutas por direitos (2018), analisa os enquadramentos de quatro jornais alternativos feministas brasileiros. A partir da interseccionalidade entre gênero, raça e classe, a autora traça as agendas de lutas e discute sobre quais feminismos são tratados nos jornais Nós Mulheres (1976-1978), Mulherio (1981-1988), Nzinga Informativo (1985-1989) e Fêmea (1992-2014).

Palavras-chave: Democracia; Interseccionalidade; Imprensa feminista brasileira.

Abstract

In order to understand how women have built their repertoires to consolidate their political role, Viviane Gonçalves Freitas, in the book Quatro décadas de lutas por direitos (2018), analyzes the frameworks of four alternative Brazilian feminist journals. From the intersectionality of gender, race and class, the author traces the agendas of struggles, and discusses which feminisms are treated in the newspapers Nós Mulheres (1976-1978), Mulherio (1981-1988), Nzinga Informativo (1985-1989) and Fêmea (1992-2014).

Keywords: Democracy; Intersectionality; Brazilian feminist press.

De quais feminismos estamos falando? Imprensa alternativa brasileira e as lutas por direitos

Maiara Garcia ORLANDINI
Bruna SILVEIRA
Thaís Borges COSTA

Não há democracia real sem se considerar os feminismos. No entanto, em nome de quem fala o feminismo? A agenda de lutas das mulheres para consolidar e garantir seus direitos é discutida nacional e internacionalmente com grande reverberação, mas sobre quais mulheres o feminismo fala? Buscando entender como esses grupos construíram seus repertórios para consolidar seu papel político, Viviane Gonçalves Freitas, no livro *Feminismo na imprensa alternativa brasileira: Quatro décadas de lutas por direitos* (2018), analisa os enquadramentos de quatro jornais alternativos feministas brasileiros. Em um esforço de recuperar a história e exprimir as agendas de lutas, a autora traça uma análise que ressalta sobre quais feminismos os jornais *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014) trataram.

Trazendo a interseccionalidade de gênero, raça e classe, a autora problematiza algumas correntes feministas hegemônicas ao dialogar com autoras mulheres, e, muitas delas negras, (Gonzalez, 1982; 1984; Hooks, 1995; 2015; Carneiro, 2003; Collins, 2016; Davis; 2016; para citar algumas) questionando sobre o feminismo branco, eurocêntrico e heteronormativo, que não exprime as lutas travada por todas mulheres. Nesse ponto, a autora contribui para a literatura atual tratando a questão no plural, "feminismos", cuidando para que as diversas lutas e vertentes sejam trabalhadas com as devidas complexidades.

A obra é dividida em quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Relações de poder e a dualidade público-privado*, Freitas (2018) esforça-se em ampliar o entendimento normativo do modelo liberal de esfera pública e privada, ressaltando as várias opressões de gênero presentes na hierarquização das relações de poder, que serão abordadas na primeira seção deste artigo. O segundo capítulo, *Movimentos feministas no Brasil: organização, agenda e*

contexto de lutas, trata das pautas dos movimentos feministas brasileiros no contexto das reivindicações em prol da democracia a partir de 1970, discute a caracterização desses grupos para se entender de quais feminismos falavam e faz uma síntese geral sobre a imprensa feminista brasileira. Essas questões serão resenhadas na seção Surgimento dos movimentos feministas: demandas e especificidades neste trabalho. Tal divisão prepara o leitor para o terceiro e o quarto capítulos da obra de Freitas (2018), chamados de Jornais e sua agenda e Os feminismos na imprensa alternativa, respectivamente, na qual traçam uma análise sobre os contextos e agendas dos jornais citados acima e que serão trabalhados na terceira seção desta resenha.

Relações de poder: bases teóricas

A dualidade pública-privado se estabelece como principal debate dentro das teorias feministas da política para argumentar sobre relações de poder e estrutura social. No primeiro capítulo do livro *Feminismos na Imprensa Alternativa Brasileira*, Viviane Gonçalves Freitas discute a relação entre as esferas e sua influência em determinar as relações de poder em duas principais frentes: divisão sexual do trabalho e privacidade.

Ao acionar autoras feministas, como Susan Okin (2008) e Carole Pateman (1993; 2013), Freitas (2018) inicia um processo de críticas à separação entre os conceitos de esfera pública e privada.

O ponto central é a crítica quanto ao caráter tolerante frente às desigualdades que grupos vulneráveis sofrem – como as mulheres – ao ficarem à margem do pensamento liberal que orienta os conceitos. Tais desigualdades são toleradas na esfera privada, mesmo almejando a construção de um panorama igualitário, afinal, o espaço destinado à intimidade (esfera privada) não replica as regras do mundo da política (esfera pública). A autora, assim, marca como esse modelo aprofunda, ainda mais, as desigualdades de gênero. Para sustentar seu argumento, Freitas (2018) pontua que a conceitualização e sistematização dos conceitos de público e privado utilizam uma definição abstrata de igualdade – pertencente ao liberalismo –, mascarando as hierarquias das relações de poder (Pateman, 2013). Ou seja, o conceito do

sujeito neutro e abstrato – que é a base do indivíduo liberal – inclui as mulheres sem a devida problematização da diferenciação dos papéis sociais que cada gênero desempenha na sociedade, o que acaba ocultando as relações de poder e de subordinação ali presentes.

A discussão sobre as desigualdades de gênero proposta por Freitas tem como pano de fundo a divisão sexual do trabalho que se complexifica, no primeiro capítulo, ao ser problematizada junto ao racismo e às desvantagens de classe, colocando a interseccionalidade (gênero, raça e classe) como eixo norteador. Aqui, a relação desigual na divisão sexual do trabalho não se restringe apenas à separação do trabalho doméstico – mulheres que cuidam do ambiente familiar e homens em atividades externas – mas reflete também na baixa valorização e remuneração das atividades destinadas e desenvolvidas pelas mulheres. Esse cenário é que gera a deslegitimação desse grupo como sujeitos de direito, porque com salários mais baixos e trabalhos mais precarizados, o nível de escolaridade e a participação política fica reduzida – comparada a homens que têm menos impedimentos em dedicar-se à carreira e à política.

Ao conduzir sua obra à interseccionalidade de gênero, classe e raça, a autora coloca em evidência as mulheres negras e sua histórica agenda de lutas por direitos, dialogando com Gonzalez (1982, 1984), Hooks (1995), Collins (2016) e Davis (2016), para citar algumas. Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho se distancia da concepção de tarefas domésticas versus atividades remuneradas, já que "as mulheres negras tiveram que ser fortes para lutar pela sobrevivência de sua família e de sua comunidade" (Freitas, 2018, p.35).

Seguindo esse raciocínio, Freitas descreve – num processo de construção e desconstrução – questões inerentes à divisão sexual do trabalho, como o contrato do casamento, feminilidade, questões do cuidado¹ e trabalho doméstico. Fica evidente quanto à hierarquia que ocorre nesses espaços e como as relações de poder são distribuídas, ressaltando como as mulheres negras são marcadas pela exclusão e rejeição social comparada às mulheres brancas.

Para além da divisão sexual do trabalho, Freitas trabalha a dualidade público-privado junto às relações de poder em um segundo eixo: privacidade. Nesse sentido, a separação entre esferas – tanto nos discursos como nas tomadas de decisões – se baseia no afastamento de

¹ Corrente da teoria feminista que afirma uma associação entre a responsabilização prioritária das mulheres pelos cuidados das crianças, idosos e debilitados. (BIROLI, 2015).

questões "privadas" do debate público, argumentado por Cohen (2012, apud Freitas 2018, p. 46) a partir da expressão "o pessoal é político", que concerne a um "direito pessoal constitucionalmente protegido, indispensável a qualquer concepção moderna de liberdade, que se vincula à proteção aos níveis de autonomia e pluralidade, sem os quais nenhuma combinação de públicos democráticos pode alcançar por si mesma". (Freitas, 2018, p. 46).

É nesse ponto que a autora dialoga com as críticas de Nancy Fraser (1999) à Habermas (1984). Ao destacar algumas das críticas da pesquisadora americana à normatização da esfera pública e privada, a obra delimita os limites que a democracia burguesa encontra e propõe alguns caminhos para sua ampliação (Fraser, 1999). No centro das críticas, está a que a esfera pública é mais heterogênea que à descrita por Habermas. Ou seja, no modelo habermasiano, as desigualdades estariam em ressalva e não na centralidade de sua sistematização, o que não daria conta da multiplicidade de públicos e pautas marcadas como sendo de interesse "privado". Contudo, devemos ressalvar que as críticas de Fraser dialogam, sobretudo, com *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984) e não exprimem as novas proposições trazidos pelo autor em resposta às questões levantadas pela feminista. Em *Direito e Democracia* (1997), por exemplo, Habermas considera uma diversidade de esferas públicas e, em *Ética do Discurso* (2014), admite o patriarcado no contrato do casamento e a consequente exclusão das mulheres da esfera pública.

É seguindo a linha de pensamento apresentada acima que Freitas desenvolve e demarca às questões atreladas à relação de poder e como a dualidade pública-privado – tanto nas relações de trabalho, quanto na privacidade – historicamente constituíram barreiras na consolidação e aquisição de direitos das mulheres. Violências contra as mulheres, como agressão doméstica e estupro marital, e descriminalização e/ou exploração no mercado de trabalho são exemplos de problematizações levantadas pela autora à luz da interseccionalidade. Nesse sentido, há uma embasada crítica à universalização da luta dos movimentos feministas. Ou melhor, a autora recusa a reconhecer o feminismo como entidade única. Ao colocar que o ponto de vista de mulheres de classe média brancas muitas vezes deslegitima às pautas das mulheres negras, a autora avança para pensar a esfera pública enquanto um espaço de formação e disputa de repertórios que é essencial para consolidação das democracias.

Surgimento dos movimentos feministas: demandas e especificidades

Reivindicar direitos e demandar por uma intervenção política mais direta. Esses eram os dois objetivos que mobilizaram e impulsionaram a participação de vários setores da população, constituindo os movimentos sociais brasileiros na segunda metade dos anos 1970 (Gonzalez, 1985). O contexto político não foi a única reivindicação, o processo global de afirmação de identidades proporcionou um novo fôlego aos movimentos brasileiros, incluindo os de base feminista que começaram a crescer nessa época.

Para além das demandas da primeira onda do feminismo, no início do século XX – como o direito ao voto almejado pelas sufragistas – os movimentos feministas emergentes na segunda metade da década de 1970 traziam outros tipos de reivindicações. A partir do reconhecimento do racismo como estrutural das relações entre mulheres brancas e não brancas, insere-se no debate a intersecção entre raça e gênero, que, segundo Mercedes Velasco (2012), mencionada por Freitas (2018), corresponde a uma importante diferenciação em relação à primeira onda, que excluía a questão racial das argumentações.

Ao discorrer sobre os movimentos feministas brasileiros, Freitas (2018), além de apresentar os contextos e as pautas das agendas do movimento da época, também coloca as controvérsias a elas relacionadas, e foca também nos grupos marginalizados. As relações com as organizações de esquerda e com outros movimentos sociais, são um dos fundamentos para a base da organização dos movimentos feministas. A partir do uso das palavras de Alvarez (2000), ela discute que, apesar de as feministas dos anos 1970 apresentarem afinidades ideológicas com a esquerda, elas salientavam uma autonomia absoluta.

Além da discussão sobre as agendas dos feminismos que afloraram nos anos 1970, o livro também traz uma crítica, levantada por Claudia Costa (2009), ao fato de esses movimentos não terem incorporado em suas agendas demandas das feministas negras e lésbicas. A referência às mulheres é feita como se elas fossem um sujeito genérico que ainda aborda o fato de a questão racial aparecer enquanto uma pauta exclusiva das mulheres negras. Aqui, e em outras partes da obra, caberia a discussão sobre lugar de fala, não pautada pela autora na construção proposta. Djamila Ribeiro (2017) explora a necessidade de rompermos com o regime de autorização discursiva, majoritariamente dominado por homens brancos. Ao

reivindicar como um dos objetivos do feminismo negro a marcação do lugar de fala de quem propõe as análises, a filósofa deixa explícita que esta marcação é fundamental para entendermos as diferentes realidades, anteriormente implícitas dentro da normatização hegemônica.

Para a ativista negra Jurema Wernerck (2008), citada na obra, o feminismo neutro reduz, invisibiliza e reforça ações de aniquilamento contra as outras mulheres. “Até que ponto o conceito ‘feminismo’ é suficiente para abarcar todas as mulheres, todo ativismo, toda luta?” (Wernerck, 2008, s.p., apud Freitas, 2018, p. 93). Na efervescência dos movimentos das décadas de 1970 e de 1980, surgiram os primeiros grupos organizados de mulheres negras, no interior do movimento negro. A autora, na busca constante de apresentar as especificidades dos movimentos, em detrimento de considerá-los unificados e uniformes, recorre à Lélia Gonzalez (1985) para explicitar que, enquanto as esquerdas resistiam em discutir as questões ligadas à homossexualidade e às mulheres, para evitar a divisão da luta do operariado, o Movimento Negro Unificado (MNU) conquistou o direito de debater, em congresso, esses conteúdos particulares. Porém, ainda recorrendo para a descrição específica dos casos, ela utiliza as palavras de Elizabeth Viana (2010) para mostrar que a militância política das mulheres era menosprezada no movimento negro, sendo consideradas ‘omissas’, ‘desorganizadas’ ou ‘desinteressadas’.

Nos movimentos feministas em nível nacional e continental, ficou evidente o distanciamento das agendas de reivindicações entre mulheres negras e brancas. Assim sendo, o segundo capítulo da obra *Feminismo na imprensa alternativa brasileira: Quatro décadas de lutas por direitos* (Freitas, 2018) esforça-se em revelar que a década de 1970 foi marcada por movimentos que trouxeram uma nova versão das mulheres brasileiras, que foram às ruas em defesa de seus direitos e necessidades, denunciando desigualdades. Porém, foi observada uma mudança estrutural desse quadro na segunda metade da década, por meio de mudanças políticas nos feminismos brasileiros. Segundo Alvarez (1990), isso significou dar mais atenção a assuntos como contracepção, sexualidade e violência contra as mulheres.

Para finalizar a discussão sobre a organização dos movimentos feministas no Brasil, a autora faz um breve panorama sobre a crescente atuação de feministas e grupos feministas

militantes atualmente, abarcados pela difusão das novas tecnologias de comunicação. Apesar dessa crescente, é possível notar que “o sujeito do feminismo aparece mais diversificado e não se define exclusivamente pela identidade sexual e biológica da mulher.” (Gomes; Sorj, 2014, p. 438, apud Freitas, 2018, p.110).

A imprensa feminista brasileira como lugar de resistência

A imprensa feminista se faz fundamental para propagar as agendas desses movimentos emergentes. Woitowicz (2014) coloca a mídia alternativa como lugar de resistência e de construção de identidades. Durante a ditadura militar, a mídia alternativa, além de denunciar as torturas e as violações dos direitos humanos, também reservou espaço para publicações feministas. Na seção *A imprensa feminista*, pertencente ao segundo capítulo do livro aqui resenhado, a autora busca explicar o significado de uma imprensa feminista e, para isso, cita Barbara Godard (2002), pois, apenas a partir da consideração dos periódicos feministas seria possível perceber os processos engendrados de reprodução social e de criação de valor cultural.

A fim de empreender a imprensa feminista enquanto espaço de resistência e reivindicações políticas, sociais e culturais, a autora analisa os periódicos *Nós Mulheres* (1976-1978), *Mulherio* (1981-1988), *Nzinga Informativo* (1985-1989) e *Fêmea* (1992-2014), por meio do estabelecimento de 20 categorias temáticas (ver Tabela 1), como “direitos sexuais e reprodutivos”, “família”, “comunidade negra” e “organização de mulheres”, que reúnem temas em comum. Enquanto na agenda do *Nós Mulheres* observou-se a preocupação associada às relações de trabalho e às desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, o *Fêmea* traçou uma perspectiva legislativa da questão de gênero. Já o *Mulherio* é tratado em vários trabalhos como herdeiro do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* e se dedicou a pautas sobre organização do movimento feminista. O *Nzinga Informativo*, pela primeira vez alvo de um estudo em profundidade, conforme ressaltado pela autora, tem como foco principal o movimento negro e o movimento feminista negro no país.

Tabela 1: Dez categorias temáticas principais dos jornais analisados

	<i>Nós Mulheres</i>		<i>Mulherio</i>		<i>Nzinga Informativo</i>		<i>Fêmea</i>	
	Categoria temática	Peso relativo						
1ª)	Organização de mulheres	20%	Organização de mulheres	16%	Comunidade negra	62%	Igualdade de direitos	14%
2ª)	Trabalho	17%	Família	13%	Organizações de mulheres	8%	Direitos sexuais e reprodutivos	13%
3ª)	Política institucional	14%	Direitos sexuais e reprodutivos	10%	Política institucional	4%	Política institucional	13%
4ª)	Família	13%	Discriminação das mulheres	8%	Histórias de mulheres	3%	Família	9%
5ª)	Discriminação das mulheres	8%	Política institucional	7%	Educação	3%	Organizações de mulheres	8%
6ª)	Direitos sexuais e reprodutivos	5%	Mídia e produção cultural	6%	Direitos sexuais e reprodutivos	3%	Violências contra mulheres	8%
7ª)	Custo de vida	4%	Trabalho	6%	Violências contra mulheres	2%	Trabalho	6%
8ª)	Saúde	3%	Estudos sobre mulheres	5%	Trabalho	2%	Saúde	6%
9ª)	Igualdade de direitos	3%	Violências contra mulheres	4%	Saúde	2%	Governo	5%
10ª)	Comunidade negra	2%	Comunidade negra	3%	Pobreza/ Periferia	2%	Comunidade negra	4%

Fonte: Freitas, 2018, p.130

Aqui, optamos por reunir as análises e achados dos terceiro e quarto capítulos – já que seguem a mesma categorização –, construindo uma sessão para cada periódico. Ao passo que o terceiro capítulo, Jornais e sua agenda, se dedica à análise das categorias citadas, no quarto e último capítulo, Os feminismos na imprensa alternativa, o objetivo é analisar como os principais temas identificados no capítulo anterior são explorados pelos grupos que publicavam cada um dos periódicos, o que foi feito a partir da análise de editoriais (quando houvessem) e das matérias.

Nós Mulheres

O Nós Mulheres, publicado entre 1976 e 1978, foi um dos primeiros periódicos feministas brasileiros, inserido em uma época de luta contra a ditadura e pela retomada da democracia, concomitantemente com a volta dos movimentos sociais. A autora assinala um ponto interessante sobre isso: “não seria central a luta contra a ditadura para se avançar nas lutas feministas?” (Freitas, 2018, p.131). Esse pensamento faz sentido na medida em que são

considerados o contexto de produção, o grupo responsável pela publicação e os temas trabalhados. O Nós Mulheres era formado principalmente por mulheres da militância de grupos de esquerda com histórico de exílio, tortura e prisões. Assim, “temáticas como custo de vida, anistia e redemocratização eram tão comuns nas edições quanto creches, discriminação de mulheres no mercado de trabalho e trabalho doméstico não remunerado” (Freitas, 2018, p. 133-134), o que faz com que os principais temas observados no periódico entre as categorias estabelecidas pela autora fossem “organização de mulheres”, “trabalho”, “política institucional” e “família”. Havia um forte apelo para a intervenção do Estado a fim de solucionar a sobrecarga de trabalho das mulheres, especialmente aquelas de classes mais pobres, por meio de creches populares, por exemplo, reivindicação comum também a outros periódicos. Essa preocupação com a situação de mulheres economicamente desfavorecidas era algo comum entre as publicações analisadas, mesmo que essas preocupações fossem manifestadas por mulheres privilegiadas econômica e socialmente, marcando, portanto, o “falar em nome de outrem”, tão criticado pela autora nos capítulos anteriores, embora a publicação se diferencia nesse sentido por trazer depoimentos de mulheres pobres e da classe trabalhadora. Isso refletia mesmo no nome da publicação: Nós mulheres, em que o “nós” marcava a aproximação por meio da linguagem, justificativa usada no edital do primeiro número: “o periódico seria o canal de reivindicação e, ao mesmo tempo, de identificação das mulheres que seriam suas leitoras” (Freitas, 2018, p. 137).

Um ponto interessante é que o jornal se colocava contra a prostituição, pois entendia que era uma forma de exploração das mulheres em um sistema capitalista, pensamento que hoje é expresso por grupos feministas radicais. No entanto, nos temas vinculados a “direitos sexuais e reprodutivos”, o tratamento é dado ao sexo em sua finalidade de reprodução, sempre aparecendo de forma associada, o que não passou despercebido para Freitas, que mostra que as relações lésbicas são quase totalmente ignoradas. Outro importante aspecto que merece destaque pelo enfoque temático do livro é a questão da mulher negra. A tríade gênero-classe-raça é a décima mais frequente no periódico, uma parcela pequena, mas “bem marcada”, segundo Freitas (2018, p. 199), e explorada especialmente a partir do viés de classe e trabalho. Assim, se a condição da mulher trabalhadora de classe baixa já é uma preocupação constante do periódico, a questão da raça é marcada em três matérias ao longo

das publicações do periódico, que dão enfoque especialmente às discriminações vivenciadas no ambiente de trabalho e ao aspecto histórico do preconceito racial no Brasil.

Mulherio

Feito pelo Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas, o *Mulherio* vem da mobilização do meio acadêmico, tendo sido publicado entre 1981 e 1988, sendo o jornal de maior duração do gênero nas décadas de 1970 e 1980. Ele marcava uma especialização dos movimentos feministas, buscando avanços em diversas esferas formais da sociedade (como delegacias especializadas e saúde da mulher como política pública), e é diferente em relação aos outros por trazer mais enfoque a questões específicas sobre as mulheres e menos militância de esquerda, fato apontado por Freitas a partir do estudo de Woitowicz (2012), o que em parte pode ser explicado pelo fato de não ser organizado por nenhum grupo feminista específico, e sim por mulheres independentes de organizações, mais notadamente pesquisadoras, professoras e jornalistas, o que explicita o caráter acadêmico da publicação.

Os principais temas trabalhados encaixam-se nas categorias “organização de mulheres”, “família” e “direitos sexuais e reprodutivos”. A publicação se colocava com o objetivo de publicar textos mais analíticos e com proposições de soluções reais, além de elaborar um planejamento textual e imagético que ampliasse a possibilidade de leitura para vários públicos. No entanto, entendemos essa perspectiva como demasiadamente ilusória, uma vez que ao mesmo tempo que existia o objetivo de aproximação com mulheres de classes mais baixas e menos instruídas, o grupo editorial era composto principalmente por mulheres de uma elite intelectual. Isso, é claro, não anula o importante papel e postura profissional que o periódico teve no contexto em que foi publicado, sendo destaque entre as publicações da imprensa alternativa. Seu caráter acadêmico também proporcionava espaço para troca e divulgação de pesquisas, sendo que isso fez com que a categoria “estudos sobre mulheres” fosse a oitava mais abordada.

Dentre as questões mais exploradas pela publicação, vale destacar a divisão sexual do trabalho, o que reflete na grande presença de textos vinculados às categorias “família” e

“trabalho”. Nas matérias, as críticas feitas ao entendimento de funções separadas por gênero e a falta de aparatos governamentais que possibilitaram a emancipação feminina do papel de responsável pelo lar eram constantes, mostrando a necessidade de uma atuação do Estado e de uma mudança de mentalidade na forma de encarar as responsabilidades do lar e da família, e como isso interfere no trabalho. Aqui, um ponto interessante de discussão é a necessidade de uma licença-paternidade, fato não muito explorado por outros periódicos. Mulherio também se dedicava a tratar sobre questões intragênero, sendo que a questão da mulher do campo (trabalhadoras rurais e movimento sem-terra) também não era uma questão amplamente debatida por outros periódicos.

Já a questão da raça é explorada tanto com a participação de leitores, por meio de materiais enviados à redação, quanto por cinco textos de Lélia Gonzalez, em diálogo com os textos do *Nzinga Informativo*, que problematizavam principalmente a exploração sexual em torno da figura da mulher negra. Interessante observar que, mesmo de maneira tímida, Mulherio trazia questões sobre homossexualidade, sendo mais um ponto de destaque em relação aos outros periódicos e mostrando o caráter vanguardista da publicação.

Nzinga Informativo

Dentre os periódicos analisados no livro, o *Nzinga Informativo* é o que mais tem o enfoque do feminismo negro. Isso se deve ao fato de o periódico ser produzido pelo Coletivo *Nzinga*, fundado em 1983, um grupo de mulheres negras que, seguindo tendências observadas também fora do país, não se sentiam contempladas pelo feminismo que era difundido por mulheres brancas, e que passou a se organizar de forma a integrar as questões de gênero, classe e raça.

Dois anos após sua criação, o Coletivo criou o *Nzinga Informativo*, periódico irregular que contou com cinco números publicados entre 1985 e 1989. O objetivo era reunir e divulgar os trabalhos já conduzidos pelas componentes do Coletivo e, por isso, os temas mais explorados puderam ser enquadrados na categoria “comunidade negra”, que correspondia a 62% dos textos. Esses textos abordavam uma variedade de problemáticas essenciais para o

feminismo negro e que são, ainda hoje, bastante atuais. O problema do tratamento dado à mulher negra é o ponto mais explorado pela publicação, justamente pela “dupla opressão” de raça e gênero.

Outro ponto que Freitas (2018) destaca é a posição de subserviência da mulher negra, seja nos postos de trabalho (babás, faxineiras, empregadas domésticas) ou na visão como objeto sexual (na figura da mulata). Esse último tema entra claramente em contraste com a agenda do feminismo branco, como bem observado pela autora: enquanto ele se preocupava em declarar a mulher como independente do casamento, o feminismo negro buscava tirar a mulher negra do lugar de exploração. Vale ressaltar, que o debate acerca de exploração sexual é algo ainda muito atual quando pensamos na divisão do entendimento da prostituição entre diferentes grupos feministas ou em movimentos como a “Marcha das Vadias”, por exemplo. O periódico também se preocupava em promover o fortalecimento da participação pública de mulheres, especialmente mulheres negras, o que não se limitava à esfera política tradicional, mas sim pela divulgação de grupos e movimentos sociais que lutavam contra o sexismo e o racismo.

Fêmea

O *Fêmea* foi a publicação feminista de maior duração no Brasil, tendo contado com 178 números entre 1992 e 2014. O jornal surgiu como um boletim informativo do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), com o intuito de promover uma aproximação entre a atuação parlamentar e os movimentos sociais e organizações de mulheres, além de integrar mulheres independentes nas discussões promovidas em âmbito político, em um trabalho, de fato, de comunicação política. Seu longo período de veiculação contribuiu para que a publicação acompanhasse diversas mudanças sociais, de mentalidade e na legislação, além de possibilitar que diversos temas fossem abordados acompanhando essas mudanças e trazendo a perspectiva de vários grupos, como a população negra, pessoas soropositivas, grupos de trabalhadores rurais, pessoas homossexuais etc. As categorias de maior destaque entre os textos foram “igualdade de direitos”, “direitos sexuais e reprodutivos” e “política

institucional”. Apesar disso, as categorias apresentaram uma proporção mais próxima do que nos outros periódicos analisados pela autora.

O *Fêmea* também mostrava preocupação com a interseccionalidade gênero, raça e classe social. Um exemplo disso é que, ao longo dos anos, o periódico publicou diversas reportagens sobre os direitos das trabalhadoras domésticas (Freitas, 2018, p. 245), sendo um ator na defesa construída em torno do tema. No entanto, ao dar esse exemplo, a autora faz uma importante observação sobre os problemas de representatividade identificados também em outros periódicos: em uma das principais matérias sobre o tema, publicada na edição 156, o assunto é abordado em formato de editorial por duas páginas, sem trazer a fala de nenhuma das mulheres representantes de movimentos organizados em prol da causa (Freitas, 2018, p. 246 e 247). Novamente, a discussão sobre lugar de fala e representatividade mostra-se pertinente no contexto do livro e traz reflexões ainda atuais.

Considerações Finais

Para além de ouvir, Viviane Gonçalves Freitas, sinestesticamente, busca olhar para as vozes das mulheres, estampadas nas páginas dos jornais feministas brasileiros; para seus gritos por liberdade, autonomia, justiça, reconhecimento, democracia e cidadania. A preocupação da autora em relacionar a imprensa feminista com a Ciência Política é evidente, e bem solucionada, ao deixar nítido que as demandas das mulheres, ao serem ampliadas para a esfera pública, passam a ser cobradas, não só por elas, mas por todos que lutam pela justiça social.

A interseccionalidade perpassa a linha argumentativa da obra, já que observamos o questionamento sobre quais feminismos se fala, quem fala, e para quem se fala. Gênero, raça e classe, a partir da evocação de Angela Davis (2016) e de outras autoras, conduzem a construção das inquietações analisadas em todos os capítulos. Um ponto interessante do livro, ainda dentro da pauta da interseccionalidade, se refere ao notável esforço da autora em tratar as controvérsias existentes dentro dos próprios espaços de lutas por garantia de direitos. Os movimentos de esquerdas nunca foram uniformes, os feminismos nunca foram

homogêneos, e os movimentos negros nunca foram regulares em sua organização. E a autora contextualiza e explica as especificidades dentro de cada um.

Outra questão relevante, após a análise da obra, é observar que as demandas feministas ainda perpetuam as agendas das mulheres. O direito pela liberdade do corpo, as pautas em relação ao aborto, as contestações pela divisão igualitária do trabalho, entre outras, ainda são pautas verificadas hoje em dia. Vale questionar como seriam vistos esses mesmos jornais atualmente, se teriam apoio econômico, político, e até mesmo popular, o que nos leva a refletir sobre a morosidade dos efeitos das lutas por reconhecimento quando se tratam de demandas das mulheres.

Referências do Livro

FREITAS, Viviane Gonçalves. Feminismo na imprensa alternativa brasileira: Quatro décadas de lutas por direitos. São Paulo, Paco Editorial, 2018.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sônia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

_____. Engendering democracy in Brazil: women’s movement in transition politics. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzales. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (org.). O livro da saúde das mulheres negras: nossas passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p.42-61.

BIROLI, Flávia. Responsabilidade, cuidado e democracia. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, v.18, p.81-117, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n.49, p.117-132, 2003

COHEN, Jean L. Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia do aborto. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.7, p.165-203, 2012.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v.31, n.1, p.99-127, jan./abr. 2016.

COSTA, Claudia de Lima. Histórias / estórias entrelaçadas do(s) feminismo(s): introdução aos debates. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.17, n.1, p. 207-212, 2009.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRASER, N. Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. *Revista Ecuador Debate*, Quito-Ecuador, n.46, p.139-173, abr. 1999

GODARD, Barbara. Feminist periodicals and the production of cultural value: the Canadian context. *Women's Studies International Forum*, Oxford; New York, v.25, n.2, p.209-223, 2002.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (ed.) *O lugar da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. *Mulher negra. Afrodiáspora*, Brasília, v.6 e 7, n.19, p.94-106, 1985.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p.223-244, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Direito e Democracia: entre a Facticidade e a Validade*. v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Ética do Discurso*. v.3. Lisboa: Edições 70, 2014.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.16, p.193-210, 2015.

HOOKS, bell. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, v. 3, n. 2. Portal de Periódicos UFSC, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.2, n.16, p.305-332, 2008.

PATERMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org.). *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013, p.55-79.

PATERMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento; Justificando, 2017.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Introducción. Construyendo puentes: em diálogo desde/com el feminismo negro. In: JABARGO, Mercedes (ed.). *Feminismos negros: uma analogia*. Madrid: Traficanes de Sueños, 2012, p.27-56.

WOITOWICZ, Karina Janz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: imprensa feminista e práticas de ativismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v.11, n.1, p.104-177, 2014.

Agradecimentos e Observações

Agradecemos à Viviane Gonçalves Freitas, que, com um olhar atento e sensível, nos conduziu a quatro décadas de lutas por direitos. À autora, que pesquisou a imprensa alternativa brasileira, debruçando-se, sobretudo, na interseccionalidade, alicerce para a discussão de pautas identitárias e para a construção de interações sociais mais justas e igualitárias.

Pesquisa financiada pela Capes – Código de Financiamento 001.

As autoras

Maiara Garcia Orlandini é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG e membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG. Bolsista Capes/INCT. orlandini.maia@gmail.com

Bruna Silveira Martins de Oliveira é do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da UFMG e membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG. bsilveira9@gmail.com

Thaís Borges da Costa é graduanda em jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais e membro do Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME) da UFMG. bcostathais@gmail.com

